

A centralidade da questão nacional na construção do socialismo brasileiro

Por Luís Fernandes

A atualização que o PCdoB fará em seu Programa Socialista tratará, fundamentalmente, dos caminhos para o socialismo no Brasil, que partem da constatação da centralidade da questão nacional para o desenvolvimento do país e para a luta do povo brasileiro. Por isso, precisamos desvendar o Brasil, o que implica fazer uma análise concreta da realidade concreta, conforme os preceitos de Vladimir Lênin. Porém, os resultados de tal análise dependerão do enfoque adotado para empreendê-la. Exponho, a seguir, algumas formulações que, espero, possam contribuir para essa reflexão.

Falsa dicotomia entre classe e questão nacional

Uma primeira questão teórica que temos de enfrentar e deslindar é a falsa contraposição entre a questão de classe e a questão nacional, feita em nome de uma suposta ortodoxia marxista. Essa falsa dicotomia tem, na verdade, origem na subestimação ou negação da luta anti-imperialista em setores de esquerda influenciados por certas concepções de Trotsky, que acabaram sendo absorvidas e reproduzidas por parte do marxismo acadêmico. Estas mesmas concepções têm servido para setores conservadores, críticos da agenda transformadora, apontarem o suposto fracasso do marxismo, já que, segundo eles, as grandes mobilizações políticas no mundo desde o século XIX teriam se dado em torno de bandeiras nacionalistas e não classistas, o que contrariaria a tese da luta de classes como motor da História.

Trata-se de uma falsa contraposição porque, na verdade, Marx nunca opôs a questão nacional à de classe. Sua grande contribuição neste terreno – uma das maiores que legou para o pensamento social – é, precisamente, a interpretação de classe da questão nacional, o que é completamente diferente. Basta ler mais atentamente ou lembrar a densa narrativa histórica na abertura do Manifesto do Partido Comunista. Normalmente, a leitura dessas passagens destaca apenas a temática da formação do mercado mundial.

Mas, Marx aponta, de igual modo, como uma das dimensões da “dialética da modernidade” capitalista a formação de Estados nacionais unificados, advindos do novo equilíbrio de classes gerado na sociedade europeia sob o impacto dos novos fluxos globais de comércio e riqueza no mercado mundial. O pretenso antagonismo entre uma visão “de classe” e uma visão “nacional” é, portanto, falsa e empobrecedora. O próprio Marx foi, ao seu tempo, defensor ardoroso de causas de libertação nacional que considerava progressistas, como as da Irlanda e da Polônia.

Evidentemente, do ponto de vista da teoria marxista, a contradição fundamental da sociedade capitalista moderna é o antagonismo entre capital e trabalho, que expressa, por sua vez, a contradição intrínseca entre a natureza social do trabalho e natureza privada da propriedade no capitalismo. Mas isto não quer dizer que a contradição entre capital e trabalho se apresente sempre como a contradição principal da sociedade capitalista. A contradição fundamental entre capital e trabalho se entrelaça com outras múltiplas contradições. A determinação de qual destas se apresenta como principal – isto é, como dimensão em torno da qual se processa a disputa pela hegemonia do poder político – depende do processo histórico e da correlação de forças em cada sociedade nacional e no mundo em cada período. Não é uma questão de referência teórica a priori. Na verdade, apesar de propulsora fundamental do desenvolvimento na sociedade capitalista moderna, foram raros os contextos em que a contradição entre capital e trabalho se apresentou como principal.

Teoria do imperialismo

A segunda contribuição teórica fundamental para se desvendar a centralidade da questão nacional no mundo hoje são as reflexões de Lênin sobre as consequências do advento do imperialismo. Certamente, sua teoria do imperialismo tem de ser atualizada porque foi escrita há um século, mas as consequências para a formulação estratégica que ele extraiu do advento do imperialismo mantêm-se inteiramente atuais.

Em suas formulações, Lênin indicava que, no contexto da etapa de desenvolvimento do capitalismo que ele batizou de imperialismo, o movimento revolucionário mundial teria se desdobrado em duas grandes correntes. A primeira é a do movimento operário clássico, oriundo dos grandes movimentos reivindicatórios que marcaram o início do capitalismo no século XIX, ocorridas no leito da contradição entre capital e trabalho. A segunda, a da luta pela emancipação nacional das colônias, semicolônias e países capitalistas dependentes, que passou a adquirir importância central no enfrentamento com o imperialismo.

Essa formulação possibilitou ao campo socialista tornar-se o principal baluarte de apoio aos processos de descolonização no mundo no século XX. Os movimentos de emancipação e autodeterminação nacional puderam contar com o apoio político, diplomático e militar dos países socialistas devido, precisamente, ao seu conteúdo objetivamente anti-imperialista.

Porém, muitos pretensos socialistas radicais – alguns dos quais contam com nossa simpatia, como Rosa Luxemburgo – se opunham à defesa feita por Lênin e o partido bolchevique do direito à autodeterminação dos povos como parte inerente à luta anti-imperialista no contexto criado pelo advento do imperialismo. Portanto, a questão nacional tem centralidade no enfrentamento do imperialismo e esta é uma matriz teórica que temos de incorporar em nossa reflexão e discussão sobre os caminhos para o socialismo no Brasil. Formação econômico-social nacional.

A terceira contribuição teórica do marxismo para abordar a centralidade da questão nacional é o conceito de formação econômico-social. Para Marx, na origem, este conceito se referia, mais amplamente, à interação entre o modo de produção e reprodução da vida social e a subjetividade característica de determinada sociedade – ou, para usar uma imagem já um tanto desgastada, a célebre relação entre base e superestrutura. A combinação singular de um complexo de variados modos de produção em determinada sociedade nacional com uma subjetividade distintiva característica dessa mesma sociedade é um conceito que, a partir da teoria do imperialismo de Lênin, é desdobrado para conceber o conceito de formação econômico-social nacional.

Entre os elementos constitutivos dessa formação, como mencionado, está o complexo articulado de distintos modos de produção em determinada sociedade, estruturado em torno de um modo de produção dominante. Associada a isso está uma subjetividade singular que se forma e consolida no espaço que abarca esse complexo de relações de produção, expressa em noções de identidade, língua, e sensibilidade próprias. Trata-se, portanto, de elementos de continuidade na identidade e no autorreconhecimento de populações, que emergem de determinados padrões de interação social territorialmente delimitados. Na modernidade gerada pela ascensão e consolidação do capitalismo, esta territorialidade assume feição tanto econômica – a constituição de mercados nacionais unificados – quanto política – a instituição do monopólio coercitivo e administrativo do Estado sobre aquele território, condição do próprio direito à autodeterminação. Esses elementos trazem importantes contribuições para o pensamento social e político, iluminando dimensões cruciais sobre as relações que se estabelecem entre os povos no contexto de sociedades pré-capitalistas, capitalistas, e socialistas. Aliás, na própria União Soviética travou-se um intenso debate em torno dessa questão. A concepção prevalente se concebia e apresentava como adversária da política de opressão nacional

do império czarista e defensora do florescimento das múltiplas nacionalidades que passaram a compor a URSS, mantendo a questão nacional no centro da agenda de emancipação social. A sobrevivência e viabilidade de antigas nações oprimidas foram vinculadas ao próprio processo de construção socialista.

Os conceitos que acabamos de ver nos colocam o desafio de desvendar o processo histórico de formação e desenvolvimento da formação econômico-social brasileira para, a partir do que há de progressista no seu legado, constituir as bases de um caminho de transformação social de cunho democrático e popular, articulado com a centralidade da questão nacional e abrindo caminho para a transformação socialista da nossa sociedade.

Formação social-econômica brasileira

No caso do Brasil, essa compreensão nos remete às singularidades que marcam a formação sócio-econômica brasileira, resultado, na origem, das particularidades que marcaram a colonização portuguesa na América. Entre estas, se destaca o dilema de ocupar e colonizar terras gigantescas – e de incorporá-las aos novos circuitos globais de comércio – a partir de uma base populacional diminuta na metrópole. As formas encontradas para enfrentar este dilema estão na origem do tipo de ocupação colonial praticada no Brasil, que acabou assumindo o formato de uma dominação territorial privatista, senhorial. Não foi a transplantação direta da máquina de Estado da metrópole para a colônia. A prática generalizada da poligamia patriarcal compunha a própria estratégia de ocupação e dominação de novos territórios conquistados. Esses aspectos peculiares de nossa formação econômico-social brasileira propiciaram um legado tão contraditório quanto controverso.

Sobre as bases da embrutecedora violência escravocrata forjou-se na Colônia, igualmente, uma subjetividade e sensibilidade própria, fundindo elementos das culturas dominadas – indígena e africana – com a cultura portuguesa dominante, ela mesma fruto de uma singular fusão de elementos europeus e norte-africanos na península ibérica. Portugal, por sinal, foi o primeiro Estado nacional unificado a constituir-se no mundo moderno.

Esse legado contraditório formou as bases de uma cultura e identidade nacional que sobreviveu às ordens colonial e escravocrata e formou a base de uma subjetividade própria da nossa formação econômico-social. Ao se pensar em alternativas de transformação do Brasil tendo por centro a questão nacional, é preciso valorizarmos a singular combinação de sincretismo cultural e miscigenação racial que marca a sociedade brasileira como base de uma agenda verdadeiramente progressista e emancipatória no nosso país. Essa matriz deve estar na base da construção de um projeto nacional de desenvolvimento que abra caminho para a transformação socialista do nosso país.

Construção da autodeterminação

O processo de construção política da nossa autodeterminação foi extremamente acidentado e atribulado. É bem possível que não tivéssemos conseguido manter o território da América colonial Portuguesa reunido em um único Estado nacional unificado se não ocorressem as invasões napoleônicas na Península Ibérica e a transposição da capital desse império Colonial para o Rio de Janeiro no início do século XIX. Este “acidente histórico” deixou como legado duradouro a vasta extensão territorial da nossa formação econômico-social.

Por outro lado, originou um legado de dominação aristocrática no aparelho de Estado em formação, que se traduziu em posições tíbias na defesa da questão nacional. É essa tibieza que caracteriza o posicionamento das classes dominantes brasileiras até hoje. Basta ver, como exemplo mais recente, a raiva incontida com que boa parte da elite brasileira recebe não só o governo Lula, mas as suas conquistas no terreno da política externa por afirmar o

Brasil de forma autônoma e não subalterna no mundo, ganhando projeção justamente pela defesa da centralidade da questão nacional na sua política externa.

A projeção internacional de Lula reside no fato de o presidente se apresentar como defensor dos direitos dos povos em desenvolvimento contra as assimetrias do sistema internacional. Na sua essência, este posicionamento reconhece o direito ao desenvolvimento como parte integrante e inalienável do direito dos povos à autodeterminação. Os mecanismos e ações de cerceamento desse direito, portanto, devem ser combatidos, compondo uma agenda externa de conteúdo, objetivamente, anti-imperialista.

A questão nacional e a superação do capitalismo

A atual crise de sobreacumulação e de superprodução relativa no mundo revela a continuidade e o agravamento da contradição fundamental do capitalismo, entre a natureza social do trabalho e a natureza privada da apropriação. A particularidade da crise em curso está na sua emergência nos canais e mecanismos de enriquecimento especulativo, constituídos a partir dos movimentos de reconfiguração da hegemonia americana nos anos 1970 e 1980, visando a instrumentalizar unilateralmente o poder estrutural do dólar nos mercados financeiros e monetários internacionais.

A crise mundial coloca na ordem do dia, com cada vez mais força, a necessidade da superação do capitalismo e da transição para o socialismo. No entanto, a crise irrompe num período ainda de defensiva histórica para luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, cujo principal fator foi a derrota e o desmantelamento do sistema socialista mundial que havia se constituído no século XX em torno da URSS. Isso alterou profundamente a correlação de forças no sistema internacional, de forma desfavorável para a luta dos povos e dos trabalhadores.

O dilema que se apresenta para as forças socialistas no mundo hoje é precisamente este: se a necessidade histórica do socialismo se afirma e se intensifica cada vez mais, como evidenciado na profundidade e abrangência inauditas da atual crise, a correlação de forças gerada no mundo pelo colapso do mundo socialista torna essa perspectiva irrealizável em curto ou mesmo médio prazo. Por isso, impõe-se uma política de acumulação de forças baseada na viabilização de projetos nacionais de desenvolvimento que tenham um conteúdo objetivamente anti-imperialista, retomando aqui a reflexão de Lênin que colocava a luta pela emancipação nacional contra o imperialismo como uma das vertentes fundamentais da agenda transformadora no mundo. Com o colapso do mundo socialista, ela se torna a principal vertente de luta, na correlação de forças existentes hoje no mundo. Essa é a chave para a atualização do nosso programa, mantendo a perspectiva de um processo de acumulação de forças relativamente longo para superar o capitalismo.

Foco na questão nacional

O papel dos comunistas, nessa perspectiva, é trazer a questão nacional para o centro da sua ação, e ser consistente e coerente com essa compreensão nos seus posicionamentos em relação aos variados temas que se apresentam no curso da vida política.

Há hoje necessidade de consolidar a integração da sociedade brasileira, ampliar e consolidar a base de um relacionamento democrático, valorizar a herança de nosso processo histórico que gerou um elevado grau de miscigenação e sincretismo cultural e que compôs uma subjetividade com traços progressistas que podem servir de base para uma alternativa de transformação no Brasil. Nosso desafio, portanto, é enraizar essa alternativa nas particularidades da nossa formação econômico social e viabilizar uma agenda de mudança estruturada em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que realize o potencial progressista do nosso legado histórico.

Analisando a história do PCdoB, percebe-se que sempre que ele retirou do centro a questão nacional sofreu a pior das derrotas que um partido pode sofrer: a de se tornar politicamente irrelevante. Ao não assimilar a centralidade da questão nacional, o Partido se ausentou da batalha da Revolução de 1930, deixando de influenciar em processo político determinante do desenvolvimento do Brasil. Da mesma forma, na década de 1950, às vésperas do suicídio de Getúlio Vargas, os comunistas não conseguiram compreender o papel por este desempenhado no enfrentamento político com setores pró-imperialistas no Brasil, acusando-o de ser um títere dos interesses dos Estados Unidos. Foi um erro político gravíssimo, que expressava a incompreensão da centralidade da questão nacional na construção de uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil, apesar de contarmos, já em 1930, com a existência da URSS e, nos anos 1950, com a existência do campo socialista – ou seja, um contexto em que, ao contrário de hoje, o movimento comunista não estava na defensiva no mundo. A não assimilação da centralidade da questão nacional nos posicionamentos do Partido gerou isolamento e irrelevância.

No episódio da morte do Getúlio, nem propriamente irrelevância, porque no calor da comoção nacional gerado por seu suicídio, o povo reagiu indignado à inconsistência política dos comunistas atacando as suas sedes e empastelando os seus órgãos de imprensa.

Por sua vez, nos períodos em que os comunistas brasileiros souberam trazer a questão nacional para o centro da sua ação política conseguiram disputar a hegemonia da sociedade brasileira e ganhar relevância. Foi o caso, por exemplo, da experiência da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, da participação nas Assembleias Constituintes de 1946 e 1988 – quando o Partido colocou importantes questões nacionais no centro dos debates –, da liderança da campanha “O petróleo é nosso” nos anos 1950 e do próprio apoio e participação no governo Lula neste início de século XXI. Trata-se de um legado a que não podemos nem devemos renunciar. Pelo contrário, ele indica o caminho crucial de acumulação de forças que os comunistas têm de trilhar. Mas para isso é preciso que tenham clareza da centralidade da questão nacional no enfrentamento do imperialismo como via para acumular forças e abrir caminho para a transformação socialista do Brasil.

* Luis Fernandes é professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ e UFRJ e presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)